

GÊNERO, MATERNIDADE E DEFICIÊNCIA: UM OLHAR PARA A EXCLUSÃO

Raianny Kelly Nascimento Araújo (UFPE- CAA)

Ana Maria Tavares Duarte (Orientador)

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa, em andamento, realizada na Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA), o qual visa compreender a problemática vivenciada pelas famílias que possuem filhos com necessidades especiais, a fim de perceber as condições que são “postas”, principalmente as mulheres/mães, de formas biológica e socialmente constituídas. Dessa maneira, objetiva-se compreender quais os papéis e experiências dessas mães, atentando para as questões de gênero/maternidade e os mecanismos de exclusão social das mulheres-mãe de filhos com deficiência. Realiza-se uma pesquisa qualitativa, com a participação de dez mães de filhos com necessidades especiais do município de Caruaru/PE. Elas serão entrevistadas e seus discursos analisados a partir da Análise de Discurso, a qual permite a compreensão e interpretação de como o próprio nome indica, do discurso, compreendendo desta maneira a língua fala. As considerações parciais indicam que as mães de filhos especiais manifestam sentimentos de culpa, negação/aceitação e ainda colocam-se como responsáveis maior das necessidades desses filhos, o que faz com que estas mulheres/mães assumam o provimento e o cuidado como algo natural, abdicando muitas vezes de projetos de vidas traçados antes do diagnóstico.

Palavras-chave: gênero; maternidade; deficiência; exclusão social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa, em andamento, realizada na Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA), a qual visa compreender a problemática vivenciada pelas famílias que possuem filhos com necessidades especiais, a fim de perceber as condições que são “postas”, principalmente as mães, de formas biológica e socialmente constituídas. Dessa maneira, objetiva-se compreender quais os papéis e experiências dessas mães, atentando para as

questões de gênero/maternidade e os mecanismos de exclusão social das mulheres-mãe de filhos especiais.

Com o intuito de atender a este objetivo, se faz necessário a compreensão histórica e contextual do papel da mulher na família e na sociedade, sendo preciso refletir sobre as relações de gênero e às relações entre homens e mulheres.

Sendo assim é possível estabelecer nas relações de gênero existentes em cada contexto à condição e os papéis desempenhados pela mulher/mãe. Já que a desigualdade se reproduz no interior da própria família ficando a mulher/mãe com a responsabilidade maior de cuidar deste filho, algo estabelecido sócio-culturalmente. Nessa perspectiva Ribeiro (1999), aponta que:

[...] a construção de gênero esteve sempre diretamente ligada à história familiar e social das mulheres, sendo que esta fez com que historiadores, antropólogos e sociólogos passassem a substituir a categoria de papéis sociais, priorizando pela diferença biológica de homens e mulheres. (RIBEIRO, 1999, p.32)

Assim, historicamente, percebe-se que é no lar que se atribui uma função mais abrangente, e se delega à mulher um papel de mantenedora de educação e dos valores morais da família.

Dessa forma acreditamos que as questões de gênero, se estabelecem como um padrão social, “um modelo” a ser seguido, que conseqüentemente sofre influências do contexto social específico, pois, de acordo com Ribeiro (1999, p.33), “gênero não se refere apenas às relações familiares, mas inclui e engloba as relações sociais que implicam interações entre o masculino e o feminino, e vice-versa”.

Nesse sentido a perspectiva de gênero faz com que se possa estabelecer uma atenção as diferenças e especificidades femininas e masculinas, observando as questões sociais, políticas e representativas de homens e mulheres na sociedade atual.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É fato que nascemos machos e fêmeas, de acordo com a visão biológica do gênero humano, mas é a cultura que nos torna homens e mulheres. Os nossos papéis sociais e sexuais serão determinados não apenas pela biologia, mas principalmente pela cultura e o sistema de valores nos quais estamos inseridos. Assim a partir da década de 60, iniciava-se a discussão em torno dos papéis que estariam previstos para homens e mulheres. A expectativa do sexo biológico gerou o aprisionamento das pessoas em modelos pré-determinado pelo sexo. Nessa perspectiva Azevedo (2004), aponta que:

Os papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres no decorrer da história visaram dividi-los em duas bases, a pública e a privada. A mulher naturalmente regida pela emoção se restringiu ao privado, as atribuições do lar e da família. O homem por sua vez naturalmente nasceu para o público, pois é movido pela razão. Essa construção legitimada na natureza faz crescer as desigualdades e marca como natural tais diferenças. (AZEVEDO, 2004, p.2)

Dessa maneira percebemos que historicamente o homem coloca-se majoritariamente como sendo superior a mulher nos espaços públicos, denegrindo desta maneira os papéis que a mulher pode desempenhar como cidadã e sujeito de direitos.

A discriminação social se manifesta através de diversos aspectos diferentes e complementares. Subjetivamente, através das crenças preconceituosas que conduzem pessoas a considerarem certas categorias sociais menos merecedoras dos direitos humanos, políticos e sociais do que outras. Neste sentido, concordamos com Gouveia, (2008), quando aponta que:

Na categoria feminina é o gênero que marca essa condição de inferioridade, enquanto na categoria dos afrodescendentes está ligada à cor da pele e a alguns traços fisionômicos. No caso da categoria dos homossexuais não é exatamente uma característica física que a expõe publicamente à discriminação, mas seu comportamento sexual e afetivo (GOUVEIA, ISMAEL e CAMINO, 2008, p.80).

O gênero por ser um conceito formado a partir de contextos culturais, torna os comportamentos masculinos e femininos percebidos diferentemente. Constitui-se como princípio elementar das organizações sociais, contribui na construção de papéis atribuídos a homens e mulheres, isto é, influencia as expectativas que criamos e as

formas como lidamos com o outro gênero. Além de fundar uma hierarquia entre esses papéis que determinam as relações de poder e as diferenças de gênero.

É justamente nesta dinâmica que se constroem a história e a cultura de uma sociedade. Podemos ainda apontar que grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam são determinados pelas noções que se tem de gênero, por exemplo: as restrições ao acesso à vida política, ao trabalho, à liberdade nas mais diversas formas de expressão, bem como suas “responsabilidades” quanto a educação das crianças, suas expressões de sexualidade, todas estas se vinculam à sua condição de gênero e não à sua condição biológica de sexo.

A partir da segunda metade da década de 1960, começaram a surgir os movimentos feministas e, a seu modo, cada um lutou pela igualdade das relações de gênero. Possibilitando o surgimento da consciência feminista, que por sua vez, colocasse como um processo coletivo que acontece no interior das relações de gênero, materializando-se nas práticas sociais de (re) conhecimento do papel da mulher, não apenas como provedora do lar, mas como cidadã. Contudo, ainda percebe-se que as relações de gênero se estabelecem com o intuito de demonstrar e afirmar as desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres e são utilizados para impor papéis determinados a estes, o que causa relações de dominações e submissões impostas historicamente, quede acordo com Azevedo (2004), “(...) estão internalizadas de forma inconsciente não só nos homens como nas mulheres” (AZEVEDO, 2004, p. 3)

Dessa maneira, concordamos com Welter (2008), quando afirma que “a história revela que a mulher, após o fim do matriarcado, na maioria das vezes ocupou um lugar de inferioridade, sendo excluída de espaços públicos, relegada à reprodução e confinada ao espaço doméstico.” (WELTER, 2008, p.102). Esta confinamento ao espaço doméstico faz com que estas mulheres fiquem segregadas do social e reserva para elas apenas a ordem da casa e a educação dos filhos e, quando esse filho é especial a responsabilidade se alarga e impede que os projetos de vida possam ser concretizados pelas dificuldades impostas pelas necessidades do detentor. Pois apesar de ter havido evoluções quanto às conquistas da mulher no mercado de trabalho e das formas de se conceber as relações de gênero, ainda segundo Welter (2008):

[...] ainda hoje se encontram resquícios do passado através da sustentação da posição subalterna da mulher na família e no lar onde, como “dona-de-casa”, permanece única responsável pelas tarefas domésticas, e ao cuidado que se refere ao marido e principalmente aos filhos. (WELTER, 2008, p.105)

Nesse sentido, é possível afirmar que a questão da mulher/mãe ainda é fortemente influenciada pelas representações de gênero e as imposições sócias e culturais estabelecidas historicamente.

Sabendo-se que a responsabilidade da maternidade é delegada com maior frequência a mulher é preciso atentar para o que considera Welter (2008), quando refere que:

[...] gerar filhos numa sociedade organizada a partir da visão em que cabe à mulher a educação dos filhos, e principalmente e/ou preferencialmente filhos “normais” e saudáveis, o contrário acaba por trazer para a mulher/mãe uma responsabilidade ainda maior no que diz respeito às relações/condições familiares. E, quando a mulher gera filhos com deficiência, a responsabilidade se amplia. Quando falamos em deficiência, é comum nos sensibilizarmos, imaginando as dificuldades enfrentadas pelas famílias que têm um filho com deficiência, ou seja, o que entendem, pensam e sentem seus membros. (WELTER, 2008, p.119)

Dessa forma, um dos momentos mais cruciais para as mães de filhos especiais é a revelação do diagnóstico, o qual não pode ficar restrito apenas a uma fala informativa, indiferente de quem fala em relação a quem escuta. Ela precisa ser feita a partir de uma compreensão global da família e das dificuldades intrínsecas a esse momento. As reações à dor serão inevitáveis. O acolhimento, o apoio, uma orientação clara serão fundamentais. É preciso então, mostrar quais são as alternativas e possibilidades de ajuda à criança e à família, para que a mãe não se coloque como responsável maior pelo cuidado desse filho especial e possa perceber que a condição deste independe do seu querer ou da sua responsabilização, já que muitas vezes este anunciando é uma mudança que suscita sentimentos de desespero, desesperança e inconformismo, pois as expectativas geradas durante a gestação são inúmeras de se ter um filho “perfeito” e para muitos pais esta notícia é tida como uma “perda”.

É preciso também romper com o preconceito social, um dos motivos que inibem a inserção social de forma eficiente e satisfatória, ocasionando o isolamento social seguido da rejeição, nesse sentido Coutinho (2001) *apud* Bezerra (2004) afirma que: “A rejeição encontra-se quase sempre associada aos sentimentos de perda, falta de amor, desvalorização, perda da autoestima e frustração”, sendo assim o preconceito um dos responsáveis pela estigmatização e exclusão social, diminuindo as redes sociais e modificando a rotina diária destes sujeitos. (JORGE & BEZERRA, 2004:554)

A estigmatização vivenciada por estas pessoas proporciona identificações sociais que os segregam socialmente, já que de acordo com Silva (2006):

O estigma, por ser uma marca, um rótulo, é o que mais evidencia, possibilitando a identificação. Quando passamos a reconhecer alguém pelo rótulo, o relacionamento passa a ser com este, não com o indivíduo. [...] Nesse processo de rotulação, o indivíduo estigmatizado incorpora determinadas representações, passa a identificar-se com uma tipificação que o nega como indivíduo (SILVA, 2006, p.427).

De fato, essas pessoas passam a serem percebidas e identificadas por essas diferenças tidas como negativas, pois os comportamentos sociais devem seguir os padrões estabelecidos, sendo que segundo Silva (2006): “O preconceito às pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade” (SILVA, 2006, p.560).

Este preconceito perpassa o sofrimento do sujeito com necessidades especiais, faz com que mãe que não tem o filho dito “normal” sofra com essa atitude com aponta Krinski (1984) *apud* Welter (2008), “toda a depreciação da criança é sentida pela mãe como depreciação de si própria. Toda condenação do filho é uma sentença de morte para ela”. (WELTER, 2008, p. 112). Pois, atitudes ignorantes e preconceituosas trazem diariamente sofrimentos incalculáveis aos deficientes e as suas famílias. O horror e o constrangimento de ser observado, ridicularizado ou discriminado já foram descritos repetidas vezes. Dessa maneira para essa mãe enfrenta o mundo na busca de um lugar para seu filho, e para si, se torna doloroso já que a sociedade não o enxerga como cidadão detentor de direitos.

Nesse sentido, esta pesquisa se delinea em responder a seguinte pergunta: Como se procede às compreensões a cerca dos papéis e experiências das mães com filhos especiais, atentando para as questões de gênero/maternidade e os mecanismos de exclusão social dessas mulheres?

OBJETIVOS DA PESQUISA

Compreender quais os papéis e experiências das mães com filhos especiais, atentando para as questões de gênero/maternidade e os mecanismos de exclusão social das mulheres-mãe desses filhos. Este objetivo geral desvela-se nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar os papéis e experiências das mães;
- Analisar as relações de gênero e maternidade;
- Apontar os mecanismos de exclusão social das mulheres/mães de filhos especiais.

METODOLOGIA

Com o propósito de alcançar os objetivos traçados, utiliza-se uma pesquisa do tipo qualitativa que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2008:21), uma vez que entendemos que a realidade em estudo apresenta variáveis de difícil quantificação. Ainda afirma que:

A compreensão qualitativa reúne a condição original, o movimento significativo do presente e a intencionalidade em direção ao projeto futuro (...) reconhece o sujeito como autor, sob condições dadas, capaz de retratar e refratar a realidade. Não apenas como sujeito sujeitado, esmagado e reproduzidor das estruturas e relações que o produzem e nas que ele produz (...) nossa busca sem fim, nesse processo inacabado,

cheio de contradição e solitário, nesse terreno que não tem donos e nem limites, o significado e a intencionalidade são os mesmos da primeira a última linha. ((MINAYO, 2000, p.252-254)

Compreendemos que a abordagem qualitativa nos possibilita ter uma maior aproximação com a realidade, mantendo o contato direto com os pesquisados e, ainda, nos oferece a liberdade de podermos adaptar nosso trabalho de acordo com o surgimento de novas necessidades.

Desse modo será utilizado a Análise de Discurso a qual permite a compreensão e interpretação de como o próprio nome indica, do discurso, compreendendo desta maneira a língua fala, em movimento, a qual proporciona uma mediação entre o homem e a realidade por esta ligada a diferentes fatores, entre eles: sociais, culturais, ideológicos, entre outros. Sendo assim concordamos com Orlandi (2010), quando afirma que:

A Análise do Discurso visa fazer compreender com os objetivos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. (ORLANDI, 2010, p.26)

Acreditamos que esse método possibilitará compreender, através do discurso das mães de filhos especiais, as representações simbólicas que estas sofrem no social, por terem um filho fora dos “padrões” estabelecidos.

Diante do desenvolvimento desta pesquisa, utilizaremos as seguintes técnicas de coleta de dados: entrevista semi-estruturada, as conversas informais e a análise dos dados coletados. Gil (2008), afirma que “a entrevista é [...], uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma das partes que busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (2008, p.109). Ainda segundo Franco (2008):

“A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando. No entanto, é preciso que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado (a), emitindo-se a ouvir e gravar a fala dele (a). Quando não entender uma determinada (a) repita o que foi dito anteriormente. Jamais deve direcionar as respostas, ou suscitar dúvidas, como você dizer que...” (FRANCO, 2008, p.86)

A pesquisa tem como sujeitos as mulheres-mães de filhos especiais do município de Caruaru/PE, a escolha se deu com o objetivo de levar a discussão das concepções de gênero e exclusão social e suas implicações na vida social destas mães. Analisaremos de dez mães do Município de Caruaru/PE.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante dos dados já alcançados, percebe-se que as mães de filhos especiais, colocam-se como responsáveis maior das necessidades dos filhos, sendo necessário haver uma resignificação deste paradigma que faz com que estas mulheres/mães assumam o provimento e o cuidado como algo natural, abdicando muitas vezes de projetos de vidas traçados antes do diagnóstico. Dessa maneira, o cuidar do filho é tarefa também do pai, partilhar com a mãe o cuidar e a responsabilidade para que ela possa dá continuidade a outros projetos não se restringindo-se unicamente ao projeto de mãe de um filho especial, já que ela tem outros predicados: esposa, profissional, mulher, entre outros.

É preciso ainda atentar para a condição das famílias dessas crianças, no que se refere ao contexto sócio-histórico, ressaltando a questão de gênero e maternidade, bem como a categoria deficiência, a qual sofreu diferentes alterações nos conceitos e das formas de tratamento através da história, porém a discriminação, o desrespeito, à indiferença e a persistência de práticas segregativas e excludentes repercutem ainda na falta de princípios éticos, morais e de cidadania. A efetivação de tais princípios exige que as pessoas com deficiência sejam reconhecidas e tratadas como sujeitos de direito.

É preciso destacar ainda que a mulher/mãe enfrenta alguns desafios no mundo capitalista e globalizado. Tais como: a ausência da igualdade e o desequilíbrio de poder que se instala no convívio social, tanto entre parceiros quanto no plano dos papéis e responsabilidades a serem assumidos, estas são vistas como as maiores dificuldades encontradas pela mulher, o que ocasiona a segregação dos seus filhos especiais e conseqüentemente dessas mães.

Dessa maneira, é importante ressaltar a necessidade de uma rede de apoio extensiva às famílias das pessoas com necessidades especiais de todas as camadas sociais para que, assim, esclarecimentos mais reais desmistifiquem “crendices”, medos

e culpas, tão comuns nas famílias. É importante mencionar que essas informações não fiquem restritas só ao âmbito familiar, mas que sejam divulgadas à sociedade, derrubando barreiras ainda existentes com relação aos sujeitos tidos como “diferentes”.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paula Tatiane de. *As Relações de Gênero e a Educação*. Canoas-RS. UNILASALLE, 2004.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília, 3ª ed: Líber Livro Editora, 2008.

GIL, A. C. *Método e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA, R.; ISMAEL, E. e CAMINO, L. *Equidade de Gênero e Diversidade Sexual*. In: Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. Gentle, I.; Zenaide, M.N. e Guimarães V. (Orgs.) . João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. pg. 79-92

JORGE, Maria Salete Bessa and BEZERRA, Maria Luciene Moreira Rolim. *Inclusão e exclusão social do doente mental no trabalho: representações sociais. Texto contexto - enferm.* [online]. 2004, vol.13, n.4, pp. 551-558. ISSN 0104-0707.

MINAYO, M. C. *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, M. C. de S. (org). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso e procedimentos*. 9. Ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2010.

RIBEIRO, Maria Salete. *A questão da família na atualidade*. Florianópolis: Ioesc, 1999.

SILVA, Luciene M. da. *O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência*. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.33, pp. 424-434. ISSN 1413-2478.

WELTER, I.; CETOLIN, S.; TRZCINSKI, C. e KELLICETOLIN, S. *Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade*. In: *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 98-119. jan./jun. 2008. Pg. 99-119.